

Governo limita despesas com pessoal

Folha de pagamento da administração pública não poderá exceder 65% da receita

BRASÍLIA — As despesas com a folha de pessoal no ano que vem não poderão exceder, em hipótese alguma, a 65% da receita líquida da União. Esse é dos importantes itens da proposta orçamentária que o Executivo enviou ontem ao Congresso Nacional e que, se aprovada, poderá levar o governo, na eventualidade dos gastos ultrapassarem aquele limite, a congelar a URP, demitir ou adotar qualquer outro mecanismo para reduzir os gastos com pagamento de seus funcionários. Se este ano o governo enfrentou o desgaste de debater o congelamento da URP para evitar que o salário do funcionalismo superasse a receita, para o ano que vem o orçamento, se aprovada a proposta, já definirá o limite de gastos.

O cuidado em fixar o limite de gastos com pessoal na lei orçamentária está dentro do princípio geral de que o déficit do setor público no ano que vem não deverá ultrapassar 2% do PIB. Mas para chegar aos 2% medidas adicionais terão de ser adotadas até o final do ano. A Operação Desmonte cortou despesas da União em 1% do PIB, o equivalente a menos de Czs 700 bilhões. Para eliminar mais 1,5 ponto percentual do déficit estão na mira do governo cortes nos incentivos e isenções. Além disso, o governo pretende reduzir subsídios e aperfeiçoar a máquina arrecadadora para combater a sonegação fiscal. O ministro João

Batista de Abreu acha que é perfeitamente possível chegar ao ajuste para conter o déficit em 2%, conforme o prometido e proposto no orçamento.

OS NÚMEROS

O orçamento prevê uma despesa de Czs 10.052 trilhões. Somente as despesas com pessoal e outros encargos chegarão a Czs 2,47 trilhões, o equivalente a 24,6% da despesa orçamentária. Os dispêndios com amortização e encargos da dívida interna e externa chegam, de acordo com a proposta, a Czs 2,3 trilhões. Os encargos financeiros da União totalizam Czs 2,4 trilhões.

Para bancar essas despesas de Czs 10.052 trilhões, o governo conta com uma receita de Czs 5,99 trilhões. Com as deduções, a receita líquida da União cai para Czs 3,8 trilhões. Para fechar o orçamento, o governo terá que colocar no mercado o equivalente a Czs 3,81 trilhões em títulos do Tesouro e Czs 244 bilhões em outras operações de crédito.

O Ministério da Educação terá o maior volume de recurso do orçamento: Czs 666,6 bilhões. O Tribunal de Contas da União terá Czs 2,7 bilhões. A Câmara dos Deputados receberá uma dotação de Czs 44,9 bilhões e o Senado Federal Czs 47,3 bilhões. Como o orçamento será apreciado de acordo com os preceitos da nova constituição, pela primeira vez na história os parlamentares terão a responsabilidade de decidirem sobre seus próprios proventos. Ao contrário da Constituição atual, que não permite emendas (ou o Congresso aprova ou rejeita a proposta em sua integral), agora os parlamentares poderão modificar a proposta do Executivo.